

TENDÊNCIAS ORGANIZACIONAIS: EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL NA UFRN

Maria Goretti Cabral Barbalho – UFRN
goretti_cabral@yahoo.com.br

A expansão da educação superior ganhou destaque nas políticas educacionais nas últimas décadas do século XX, entre outros motivos, devido à necessidade de ampliação do acesso e às novas demandas do mercado. A diversificação institucional pela via da organização acadêmica tem se traduzido em significativa estratégia que, ao mesmo tempo que busca atender a essas demandas, vem consolidar a tendência à expansão apresentada por esse nível educacional. A discussão trazida neste artigo trata de um recorte de uma investigação mais ampla acerca da expansão da educação superior e busca analisar o processo de diversificação institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) enquanto estratégia de expansão em IES públicas, com foco nos Institutos, compreendidos como unidades acadêmicas. A investigação utiliza análises bibliográfica e documental e de dados de sítios institucionais. As análises apontam que a diversidade de formatos organizacionais acadêmicos contribui densamente para a expansão de IES públicas e para a solução de questões, a exemplo das que se referem à democratização das oportunidades educacionais e ao desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão de forma articulada, possibilitando também a melhoria da qualidade da educação.

Palavras-chave: Educação Superior. Diversificação institucional. Organização acadêmica. Institutos.

1 INTRODUÇÃO

A economia mundial encontrava-se, nas últimas décadas do século XX, em uma etapa de transição marcada pela reorganização capitalista e pela estruturação de um novo paradigma de produção pautado nas tendências revolucionárias das transformações técnico-científicas, desenhando, desse modo, uma conjuntura de mudanças em todos os setores sociais, a exemplo do campo educacional, que tem passado por importantes transformações.

O modelo de produção atual coloca em relevância a educação, em particular a superior, dada a valorização crescente da inovação e do conhecimento como fatores impulsionadores do desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, registram-se tendências mundiais que propõem uma redefinição para o ensino superior das nações, tanto as desenvolvidas quanto aquelas em desenvolvimento.

Analisando a importância da educação superior no que se refere à nova configuração da sociedade e sua relevância nos novos cenários de desenvolvimento econômico, pode-se afirmar que “a construção de uma sociedade do conhecimento exige entendimento de que a matéria-prima é a informação, a sua energia é o conhecimento e se requerem competências que são necessárias para produzi-los” (FAINHOLC, 2005, p. 1, tradução nossa)¹.

A diversificação institucional pela via da organização acadêmica tem se traduzido em significativa estratégia que, ao mesmo tempo que busca atender a essas demandas, vem consolidar a tendência à expansão apresentada por esse nível educacional. A discussão trazida neste artigo trata de um recorte de uma investigação mais ampla acerca da expansão da educação superior e busca analisar o processo de diversificação institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) enquanto estratégia de expansão em IES públicas, com foco nos Institutos, compreendidos como unidades acadêmicas. A investigação utiliza revisão bibliográfica pertinente ao tema desenvolvido, além de análises de documentos e de dados coletados em sítios institucionais.

Este trabalho estrutura-se de modo a apresentar uma introdução contextualizando e abordando os temas em discussão. Em seguida, discute de forma sintética os conceitos de expansão e de diversificação institucional. Em um terceiro momento, analisa o processo de diversificação na UFRN com foco nos Institutos. Por fim, traz algumas considerações acerca desse processo.

Os resultados indicam que a diversidade de formatos organizacionais acadêmicos tributa densamente para a expansão de IES públicas, bem como concorre para a solução de questões, a exemplo das que se referem à democratização das oportunidades educacionais e ao desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão de forma articulada, possibilitando também a melhoria da qualidade da educação.

2 SOBRE A EXPANSÃO E A DIVERSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A preocupação com o acesso à educação de nível superior no Brasil é um fato histórico. Entretanto, em época recente, essa demanda tem se acentuado devido à compreensão de sua importância para o desenvolvimento do país. Nos anos 2000, observou-se um expressivo movimento de reforma nesse campo, que, segundo Severino (2009, p. 253),

¹ “la construcción de una sociedad del conocimiento requiere entender que la materia prima es la información, su energía es el saber y se requieren competencias que lo favorezcan para producirlos” (FAINHOLC, 2005, p. 1).

tem “um perfil que se anuncia muito marcado pelas configurações do neoliberalismo econômico e cultural”.

A expressiva demanda social por ensino superior tem se traduzido em um importante elemento para sua expansão e seria consequência do rápido avanço técnico e tecnológico, o que pressupõe, em particular para o mercado de trabalho, maiores e melhores qualificações.

Constituindo-se em um dos focos das políticas educacionais, a expansão do ensino superior é um acontecimento que vem ocorrendo, em maior ou menor grau, em escala global. Inúmeros fatores concorrem para o desenvolvimento acelerado de tal processo, dentre os quais, pode-se destacar: a necessidade do mercado de trabalho por mão de obra qualificada, a necessidade de certificação, o crescimento da procura social de ensino, além do processo de mobilidade social e do crescimento dos sistemas educacionais que desenha uma dinâmica própria. Portanto,

Há uma demanda crescente por educação superior e um reconhecimento sobre sua importância estratégica para o desenvolvimento econômico e social. Sem dúvida, a educação superior vem dando amplas demonstrações de sua importância para promover transformações na sociedade, por isso passou a fazer parte do rol de temas considerados prioritários e estratégicos para o futuro das nações (NEVES, 2007, p. 14).

Tem-se a compreensão de que o desenvolvimento exige níveis mais altos de escolaridade da população e novos modelos de formação que possibilitem o ingresso de forma célere em um sistema produtivo em permanente mudança. Vale ressaltar que a expansão da educação superior, na atualidade, é politicamente orientada e delineada, obedecendo a um nexu imposto pelos pactos multinacionais e por entidades internacionais que operam no sentido da regulação, especificamente, nos países economicamente emergentes.

Em sua trajetória, as instituições de educação superior (IES) têm desempenhado, predominantemente, o papel de produzir, transferir e distribuir o conhecimento. Os indivíduos por elas formados apresentam-se como agentes essenciais para o crescimento e desenvolvimento da competência para a competição ou concorrência que devem ter os países que tentam inserir-se na economia mundializada, sustentada pela aplicabilidade do conhecimento, o qual propicia a mobilidade social e, em decorrência, maiores condições de ingresso no mercado de trabalho (BARBALHO, 2007).

Uma série de novas estratégias vem se desenvolvendo para promover um maior acesso de pessoas à educação superior. Nessa direção, alguns pontos-chave foram priorizados, promovendo, desse modo, uma reconfiguração na oferta e estruturação do ensino superior,

como: “[...] tamanho do sistema, funções, currículo e formas de instrução, ‘carreira’ do estudante, diversificação institucional, lócus de poder e de decisão, padrões acadêmicos, políticas de acesso e seleção, formas de administração acadêmica e governança interna” (GOMES; MORAES, 2012, p. 173).

Na compreensão de Barbalho e Castro (2012, p. 280), a partir dos anos de 1990, uma nova arquitetura foi assumida pelos sistemas de ensino, a qual apresenta um arranjo das IES estabelecido no “Decreto n. 2.306/ 1997, que trouxe inovações ao sistema de ensino superior, especialmente quanto à natureza e a dependência administrativa”.

A diversificação institucional é apresentada nas políticas para a educação superior brasileira como uma das tendências de expansão e institucionalizada na legislação que norteia as ações nesse campo, buscando efetivar as metas por uma maior inserção da população no ensino superior, podendo ser compreendida como um processo de flexibilização dos cursos e das instituições de ensino superior, tendo em vista atender as novas demandas advindas de processos sociais contemporâneos.

3 A EXPANSÃO E A DIVERSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)

O fenômeno expansionista da educação superior que acontece em escala global também é observado no RN. Na realidade particular da UFRN, considerando o período de 2010 a 2014, constata-se que o crescimento de cursos, de vagas, de ingressos e de matrículas se deu na ordem de 57,9%, 104,5%, 104,7% e 29,1%, respectivamente.

No que diz respeito à diversificação institucional, torna-se admissível, de modo geral, asseverar que o ensino superior no Rio Grande do Norte efetiva-se, notadamente, na perspectiva da organização acadêmica, diversificada e heterogênea, o que se atribui, principalmente, à configuração assumida pelo ensino superior no Brasil, cujo formato delineou-se basicamente por IES universitárias e não universitárias.

As reformas implementadas ao longo da história da educação superior brasileira possibilitaram a construção de um novo perfil para a educação superior no RN, alicerçado em um modelo que integra flexibilidade e competitividade, firmando-se por meio de uma série de estratégias de expansão, a exemplo da diversificação institucional e da diferenciação de cursos. As modificações propostas circunscrevem-se no domínio das novas diretrizes políticas para o ensino superior, formuladas, sobretudo, no final do século passado e início do século XXI.

No âmbito da UFRN², a criação de cursos e programas vem consolidando a tendência de expansão e diversificação institucional, comprovada pelo crescimento de cursos presenciais, na ordem de 21,3%, e a distância, na ordem de 50%, na última década.

3.1 Diferentes modelos organizacionais: os institutos na UFRN

No tocante à UFRN, a diversificação caracteriza-se, ao longo de sua história, pela existência de unidades acadêmicas e suplementares para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Dessa forma, no que se refere à gestão acadêmica, o Regimento Geral da UFRN vigente determina:

Art. 35. Os órgãos executivos da Universidade, distribuídos pelos níveis de sua estrutura, são os seguintes:

[...]

II - administração escolar:

- a) os Centros Acadêmicos;
- b) as Unidades Acadêmicas Especializadas;
- c) os Departamentos;
- d) as Coordenações de Cursos;
- e) os Núcleos de Estudos Interdisciplinares;

III - administração suplementar:

- a) as Unidades Suplementares.

Os Institutos, objeto de análise deste estudo, são classificados como Unidades Acadêmicas Especializadas, no caso do Instituto do Cérebro, e como Unidades Suplementares, no caso do Instituto Metrópole Digital, do Instituto Internacional de Física e do Instituto de Medicina Tropical do Rio Grande do Norte.

3.1.1 O Instituto do Cérebro

O Instituto do Cérebro (IC), idealizado por um grupo de pesquisadores brasileiros em neurociências, foi impulsionado pela necessidade de se construir no Brasil uma instituição de pesquisa sobre o cérebro, com o objetivo e “capacidade de promover ampla liberdade de ideias, excelência científica, formação de recursos humanos qualificados e transformação social” (IC, 2015). Com o apoio do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Instituto do Cérebro foi criado pela Resolução n.

² A UFRN compreende 5 *campi*, sendo um em Natal, o *Campus* Central, e quatro nas cidades Caicó, Currais Novos, Macaíba e Santa Cruz, com ensino presencial. Ademais, a atuação da UFRN é ampliada com oferta de educação a distância, desenvolvendo atividades em polos de apoio presenciais em todas as regiões do Rio Grande do Norte.

016/2010 – CONSUNI, de 29 de dezembro de 2010, sendo integrante da estrutura acadêmica e administrativa da UFRN como uma unidade capaz de promover ensino, pesquisa e extensão.

O Instituto tem como objetivos:

- I - Consolidar a inserção da UFRN dentro de um cenário internacional de pesquisa de ponta em Neurociências;
- II - Oferecer ensino de excelência para a formação de profissionais aptos a atuar em diferentes áreas de formação;
- III - Permitir, por meio do ensino, pesquisa e extensão, o desenvolvimento de novas tecnologias em saúde e educação, com particular ênfase em Neurociências;
- IV - Desenvolver pesquisas voltadas à solução de problemas básicos em Neurociências;
- V - Desenvolver pesquisas voltadas à aplicação clínica das Neurociências, em especial no que diz respeito à neurologia, psiquiatria, neurocirurgia, fisioterapia, fonoaudiologia e neuroprostética;
- VI - Desenvolver atividades de extensão de forma a contribuir para melhoria da saúde da população, com foco nas cidades de Natal e Macaíba (RN);
- VII - Desenvolver atividades de extensão de forma a contribuir para melhoria do ensino e da pedagogia em todos os níveis, com foco nas cidades de Natal e Macaíba (RN);
- VIII - Promover e participar de eventos científicos, com prioridade para aqueles de relevância internacional;
- IX - Promover o intercâmbio de estudantes e pesquisadores entre as diferentes instituições colaboradoras do Instituto do Cérebro, tanto nacionais quanto internacionais.

A instituição oferece vagas em cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Neurociências, em nível de mestrado e doutorado, e no curso de bacharelado em Ciências e Tecnologia com formação generalista, em nível de graduação, constituindo-se em segunda opção de ingresso de segundo ciclo do curso para os que não atendem aos requisitos do processo de seleção interno para ingresso nos cursos de engenharia.

Constata-se, considerando o período de 2011 a 2013, o importante crescimento no que se refere a vagas, matrículas e concluintes no âmbito da pós-graduação. Assim, em nível de mestrado, verifica-se um aumento de 130% na quantidade de vagas, 41,6% no número de matrículas e 400% de concluintes. Em nível de doutorado, o crescimento, no que diz respeito a vagas e matrículas, apresenta-se mais elevado, com percentuais de 270% e 700%, para vagas e matrículas, respectivamente.

3.1.2 O Instituto de Química

A história da área de Química na UFRN inicia-se bem antes da sua federalização, quando foram ofertadas disciplinas de Química no curso de Farmácia e Bioquímica, as quais,

naquele momento, eram ofertadas pela Faculdade de Farmácia e Odontologia, no ano de 1958.

Em 2011, no âmbito das reformas da educação superior, por meio da Resolução n. 002/2011 – CONSUNI, de 18 de abril, é criado o Instituto de Química (IQ) como unidade especializada na UFRN, legitimada pelo Art. 9 do Regimento Geral da instituição. O Instituto de Química tem como objetivos:

- I - realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão e na área de Química;
- II - formar profissionais de Química nos níveis de graduação e pós-graduação;
- III - promover o desenvolvimento da química, através de projetos e programas realizados pela sua comunidade ou mediante cooperação com outras instituições;
- IV - colaborar com instituições que usem ou careçam de conhecimentos da química para realização de propósitos identificados com políticas públicas de interesse da sociedade.

O Instituto de Química oferece para a comunidade acadêmica cursos em nível de graduação – Química licenciatura e bacharelado e Química do Petróleo – e de pós-graduação: mestrado e doutorado em Química. Buscando o alcance dos objetivos propostos, disponibiliza disciplinas da área de Química em outras unidades vinculadas à UFRN, assim como promove uma articulação a partir do apoio dado a outros programas de pós-graduação que desenvolvem investigações com temáticas correlatas às implementadas no programa.

A Tabela 1 abaixo apresenta a configuração assumida pelo IQ, em nível de graduação, no período estudado, no que se refere a vagas, matrículas e concluintes.

Tabela 1 – Evolução de vagas, matrículas e concluintes em cursos de graduação do Instituto de Química (2009 – 2013)

ANO	VAGAS	MATRÍCULAS	CONCLUINTES
2009	195	806	70
2010	195	699	66
2011	195	733	58
2012	195	620	69
2013	195	616	71
Total	975	3.474	334
$\Delta\%$	0	-23.5	1.4

Fonte: Elaborada pela autora.

Os dados acima possibilitam a compreensão de que a oferta para cursos de graduação em licenciatura e bacharelado tem permanecido constante, havendo, no que diz respeito ao número de matrícula, uma variação ano a ano, o que resulta em um percentual negativo para o período. Em decorrência desse cenário, observa-se que o percentual de concluintes é baixo.

A Tabela 2 a seguir apresenta os dados relativos à pós-graduação do IQ quanto a vagas, matrículas e concluintes.

Tabela 2 – Números de vagas, matrículas e concluintes na pós-graduação do Instituto de Química (2009 – 2013)

ANO	VAGAS		MATRÍCULAS		CONCLUINTES	
	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado
2009	32	16	65	40	16	7
2010	32	16	80	49	23	8
2011	35	20	85	79	22	7
2012	35	15	92	89	25	4
2013	104	16	92	106	33	19
TOTAL	203	83	414	363	119	45
$\Delta\%$	225	0	41,5	165	106,2	171,4

Fonte: Elaborada pela autora.

As análises permitem constatar que se confirma a tendência de expansão pela pós-graduação proposta pelo Instituto de Química da UFRN, visto que se identifica um constante e acentuado crescimento no nível de mestrado com percentuais de 225%, 41,5% e 106,2%, referentes a vagas, matrículas e concluintes, respectivamente.

Em nível de doutorado, pode-se verificar que a oferta permanece constante no período, havendo, entretanto, um significativo crescimento da matrícula, na ordem de 165%, e dos concluintes, na de 171,4.

3.1.3 Instituto Internacional de Física

Criado pela Resolução n. 005/2009 – CONSUNI, de 09 de outubro de 2009, o Instituto Internacional de Física (IIF) caracteriza-se como uma unidade suplementar e está vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Voltada excepcionalmente para o desenvolvimento da pesquisa, em nível nacional e internacional, o IIF busca promover o intercâmbio de experiências com outros países, em especial com os Estados Unidos, nomeadamente, no que se refere à física teórica. O IIF tem como objetivos:

- I – desenvolver e realizar pesquisa científica na fronteira do conhecimento na sua área de atuação;
- II – atuar decisivamente em prol do desenvolvimento científico do País, servindo, no seu domínio de conhecimento, como ligação entre os setores de pesquisa básica e aplicada em áreas estratégicas para a economia brasileira.

Considerando que o Instituto de Física encontra-se voltado apenas para a pesquisa, suas atividades são desenvolvidas por pesquisadores e pós-graduandos, inclusive estudantes de áreas afins.

3.1.4 O Instituto de Medicina Tropical do Rio Grande do Norte

Criado pela Resolução n. 013/2011 – CONSUNI, de 11 de novembro de 2011, e tendo seu espaço físico inaugurado no dia 21 de fevereiro de 2014, o Instituto de Medicina Tropical (IMT) iniciou seus trabalhos como mais uma unidade suplementar da UFRN. A construção do IMT/RN custou R\$ 2.206.962, 59, verba oriunda de apoios da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP/CT-INTRA), do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Doenças Tropicais (INCT-DT), do National Institutes of Health e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O IMT-RN tem como objetivos:

- I - articular ações internas e externas visando ampliar os mecanismos de cooperação entre a UFRN e outras instituições de ensino e de pesquisa, agências de fomento, empresas e demais entidades da sociedade civil e órgãos locais, nacionais e internacionais ligados à área de doenças infecciosas;
- II - fornecer suporte para desenvolvimento e consolidação de pesquisas na área de doenças infecciosas, mais especificamente nas áreas de fatores de risco de infecção e adoecimento, geoprocessamento de informações em saúde, diagnóstica e terapêutica em doenças infecciosas;
- III - contribuir para consolidação da interação academia e unidades estaduais ligadas aos diversos setores da saúde;
- IV - apoiar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e divulgação na área de doenças infecciosas.

O Instituto de Medicina Tropical, assim como o Instituto Internacional de Física, tem como foco apenas a pesquisa. Em seu quadro de pesquisadores, podem se associar apenas docentes que comprovem mais de dois anos em pesquisas nas áreas que abrangem os estudos do Instituto, deixando claro que alunos de graduação e de pós-graduação não têm oportunidades de partilhar desses conhecimentos.

3.1.5 O Instituto Metrópole Digital

Criado pela Resolução n. 009/2011 – CONSAD, de 14 de abril de 2011, o Instituto Metrópole Digital (IMD)   uma unidade suplementar da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que oferece   comunidade forma o em nível técnico, superior e na pós-gradua o,

além de uma empresa de incubação denominada Inova Metrópole. O IMD tem por objetivo ser um polo que abasteça mão de obra qualificada para empresas do setor público e privado, assim como na área acadêmica. O IMD também desenvolve ações de inclusão digital voltadas para as escolas públicas da Grande Natal através da Rede Giga Metrópole, cujo objetivo é criar uma rede metropolitana para interligar 630 escolas estaduais e municipais.

O IMD possui atualmente uma estrutura física considerável, com duas unidades físicas: o Centro Integrado de Vocação Tecnológica (CIVT), com área total de 8.033,73 m², local onde funcionam a administração do Instituto e os cursos técnicos, de graduação e pós-graduação; e o Núcleo de Pesquisas e Inovação em Tecnologia da Informação (NPITI), com área de 1.603,78 m², onde funcionam 12 laboratórios.

São ofertados pelo IMD cursos de diversas áreas, como cursos técnicos a distância e presencial, sendo eles: informática para internet, redes de computadores, eletrônica, automação industrial e programação de jogos digitais, disponibilizando em 2015 um total de 1.680 vagas, distribuídas por quatro polos da UFRN espalhados pelo Rio Grande do Norte (*Campus* Central, Caicó, Mossoró e Angicos). Esses cursos técnicos têm reservado um mínimo de 70% das vagas para alunos oriundos de escolas públicas. Além disso, os alunos integrantes desses cursos recebem um auxílio de R\$ 50,00 mensais.

Na graduação, o IMD oferece o curso de bacharelado em Tecnologia da Informação, no formato de graduação interdisciplinar, tendo em vista que, posteriormente ao primeiro ciclo, os alunos poderão escolher entre Sistemas Embarcados, Sistemas de Informações Gerenciais, Informática Educacional, Ciência da Computação, Engenharia de Software e Tecnologia da Informação e, em 2015, Redes de Computadores e Bioinformática. Na pós-graduação, o IMD atua com oferta de vagas em especialização em desenvolvimento para dispositivos móveis, bem como mestrado profissional em Engenharia de Software.

4 CONSIDERAÇÕES GERAIS

No sistema de educação superior brasileiro, a diversificação institucional se consolida tanto na dimensão vertical quanto na horizontal. A presença de instituições universitárias e não universitárias configura o sentido vertical da diversificação, enquanto a mudança de uma composição formada exclusivamente por instituições públicas, estendendo também as suas atividades para além das capitais e dos centros urbanos e, portanto, atuando fora do *Campus* Central, tanto a partir da criação de novas instituições quanto da instalação de sedes e programas em localidades diferentes da de origem, dá

forma à dimensão horizontal. Além disso, a criação de novas unidades de docência, de pesquisa e de extensão, departamentos, cursos e programas, no interior das instituições, torna-se característica de uma diversificação horizontal.

O estudo demonstrou que esse cenário reflete diretamente no modo de organização das IES, induzindo-as a perseguirem novas proposições de gestão administrativa e pedagógica. As análises apontam também que a diversidade de formatos organizacionais acadêmicos contribui densamente para a expansão de IES públicas e para a solução de questões, a exemplo das que se referem à democratização das oportunidades educacionais e ao desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão de forma articulada, possibilitando também a melhoria da qualidade da educação.

Referências

BARBALHO, Maria Goretti Cabral. Educação superior: tendências e estratégias de expansão na América Latina e no Brasil. In: CABRAL NETO, Antônio *et al.* (Org.). **Pontos e contrapontos da política educacional**: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais, Brasília: Liber Livro, 2007. p. 51-84.

BARBALHO, Maria Goretti Cabral; CASTRO, Alda M. D. Araújo. A nova arquitetura do ensino superior: a expansão e a diversificação no período pós-LDB (1995-2006). In: CASTRO, Alda M. D. Araújo; FRANÇA, Magna. **Política Educacional**: contextos e perspectivas da educação brasileira. Brasília: Liber Livro, 2012, p. 273-293

BRASIL. **Decreto n. 62.091**, de 9 de janeiro de 1968.

BRASIL. **Decreto n. 74.211**, de 24 de junho de 1974.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: n. 9394/96. Brasília: Senado Federal, 1996.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A trajetória da política de diversificação institucional na educação superior brasileira: 1995 a 2012.

Disponível em: < <http://revistas.unc.edu.ar/index.php/integracionyconocimiento/article/view/9247/9966> >. Acesso em: 21 jun. 2015.

CUNHA, Luis Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T. *et al.* **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.151-204

FAINHOLC, Beatriz. **Los nuevos escenarios de La educación superior internacional y su problemática actual**, 2005. Disponível em: <<http://www.iesalc.unesco.org.ve>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

- GOMES, Alfredo Macedo; MORAES, Karine Numes. Educação Superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 171-190, jan.-mar. 2012.
- MENEGHEL, Stela Maria; ROBL, Fabiane; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Educação Superior no Rio Grande do Norte 1991-2004. In: **INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA**. Educação Superior Brasileira: 1991-2004. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 22-76.
- NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Desafios da Educação Superior. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 17, jan./jun., 2007.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR: contextos, desafios, possibilidades. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009.